

COMUNICAÇÃO SINDICAL DO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA À CATEQUIZAÇÃO DA BASE

Joana Dárc Pereira Dutra

Palavras-chave: comunicação – sindicato – democracia

Introdução

A temática da comunicação sindical está no centro das pesquisas que realizamos deste 1997 quando o desafio era a elaboração de uma monografia de conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Ceará. Naquela ocasião, optamos por fazer uma análise comparativa entre dois jornais sindicais com categorias de escolaridade diferentes. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará foi o escolhido para representar uma entidade cuja base é composta em quase 90% de trabalhadores analfabetos ou semi-alfabetizados e o Sindicato dos Petroleiros do Estado do Ceará representando uma entidade cuja base tem, em sua maioria, no mínimo o segundo grau completo.

Já naquela ocasião, nos pareceu nítida a influência e em muitos casos a reprodução de alguns métodos típicos da comunicação desenvolvida pelos grandes meios. No nosso entender uma contradição com o surgimento e função da comunicação desenvolvida em sindicatos.

Esse texto, que compõe os estudos que desenvolvemos atualmente sobre políticas de comunicação em sindicatos classistas, tem como horizonte a possibilidade de desenvolvimento de estratégias de comunicação mais democráticas nessas entidades. Apesar de preliminar, o texto elucida o problema ainda que seja apenas um embrião no que se refere à construção de alternativas.

JORNALISMO SINDICAL - Uma imprensa especializada

Os dados sobre o surgimento da imprensa operária no Brasil são imprecisos no que diz respeito a datas. O que se pode afirmar sobre seu nascimento é que suas publicações sucederam às de caráter político liberal do século passado. Os autores que estudaram a matéria são unânimes

em caracterizar a iniciativa como reflexo do avanço dos processos de conscientização e mobilização dos operários brasileiros.

Os boletins e jornais surgem como um canal de expressão das idéias e posições defendidas pelos trabalhadores e que jamais teriam espaços nas grandes publicações da imprensa tradicional e, em especial, a imprensa operária assume logo um papel de veículo de denúncia dos trabalhadores brasileiros.

Eram publicações irregulares e de pequena penetração entre os operários. Ainda não causavam grandes impactos ou incitavam discussões. Até a última década do século XIX, a imprensa operária tinha pouca inserção nas categorias e somente em 1890 ela assume novos rumos. Sua consolidação como instrumento de representação de uma classe só ocorre, no entanto, no início do século passado.

Os autores que estudam imprensa sindical concordam em creditarem aos imigrantes anarquistas a transformação da imprensa sindical num instrumento de luta e participação política. No livro “A Imprensa Operária no Brasil”, Ferreira conta que Lênin

“justificava a existência da imprensa operária, justamente porque os trabalhadores não contavam com nenhum meio de comunicação tal como os outros segmentos da sociedade, que se representavam através dos seus partidos legais, seus parlamentares, suas associações e da imprensa burguesa” (FERREIRA, 1988: 12).

O escritor pernambucano, Luiz Momesso, que teve sua tese de doutorado, pela Escola de Comunicação e Artes da USP, transformada em livro com o tema “Comunicação Sindical - limites, contradições, perspectivas”, conta que esse tipo de imprensa caracterizou-se pela postura libertária, anticapilatista e anticlerical.

“Era descentralizada e sem coordenação, pois não havia partido operário (...). Predominavam as características de um movimento, com suas divergências e, ao mesmo tempo, objetivos comuns, com a mesma repressão a perseguir lideranças e organizações. A ação dos sindicatos e sua imprensa cumpriam também, papel de partido político” (MOMESSO, 1997:45).

A afirmação, apesar de parcialmente superada com o surgimento dos partidos de esquerda a partir de 1922 (PCB), denota o sentimento de contestação no qual está inserido o surgimento da imprensa operária.

Ferreira salienta a importância dos jornais/boletins como fonte de pesquisa sobre a história do movimento operário no Brasil.

“O seu valor como documento vivo desse período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico. As condições em que apareceu e se desenvolveu a imprensa operária estão contidas nela mesma, ao lado das condições em que se desenrolava esse período da história do trabalhador brasileiro” (FERREIRA, 1988:13).

Esta imprensa é iniciada pelos imigrantes que, naquela época, eram muito frequentes no Brasil. Italianos, espanhóis, portugueses, árabes, alemães, entre outros inauguraram no recém iniciado movimento operário brasileiro a utilização de notas, panfletos, filipetas até a emissão de informativos. Os imigrantes traziam em suas bagagens larga experiência adquirida pelos anos de industrialização já vividos pelos seus respectivos países.

O valor da imprensa operária é, portanto, fundamental do ponto de vista de registro da história. “... todos os problemas internos à classe, fraquezas, lutas internas, tudo o que acontecia no meio operário era motivo de debates e informações que ganhavam as páginas dessa imprensa” (Ferreira, 1988:13-14).

Vito Gianotti conta que durante o 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, os 43 delegados presentes tiveram pelo menos três decisões muito importantes. Primeiro a criação da Confederação Operária Brasileira, segundo se programou greve geral para o 1º de maio de 1907, com a exigência das 8 horas. E, por fim, a criação do jornal “A Voz do Trabalhador”. Luta e imprensa operária sempre andaram juntas. Conquistas imediatas e disputas ideológicas sempre combinaram.

O início da elaboração de políticas de comunicação foi marcado por muita vontade de fazer e pouquíssima experiência brasileira. O imigrante anarquista encontra, ao chegar ao Brasil, um operariado nacional ainda desorganizado e começa um processo de mobilização e educação dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros.

O grande número de operários estrangeiros, aliado ao fato dos mesmos possuírem alguma experiência com movimentos de trabalhadores resultava em inúmeras publicações em outros idiomas.

“... o operário imigrante era também o fundador dos jornais editados em português. Se essa liderança editava jornais para o trabalhador nacional ler e ainda necessitava editar outros no idioma dos trabalhadores estrangeiros, pode-se supor que o contingente de estrangeiro a ser informado e politizado era bastante significativo” (FERREIRA, 1998:15).

Nessa época, os registros apontam para a existência de 70 jornais editados em outros idiomas. A grande maioria era publicada em italiano (55), um em alemão e quatro em espanhol.

Na tentativa de aglutinar leitores e adeptos, a preocupação em atingir o maior número possível de pessoas era uma constante. Foi implantada, então, uma extensa rede de comunicação que cobria todo o país. Surgiram inúmeros jornais e revistas voltados à educação, à formação e à politização do operariado.

“A preocupação de tornar públicas as reivindicações dos trabalhadores e, mas que isso, a necessidade de levar às fábricas, às oficinas e a todos os locais de trabalho o ideal da emancipação social, forçou os mais ativos militantes de então a lançar novas publicações periódicas, muitas das quais para preencher lacunas deixadas por jornais que haviam desaparecido e outras para incorporar aos já existentes” (RODRIGUES apud FERREIRA, 1988:19).

No início do século XX, os objetivos da imprensa operária já se haviam ampliado. Antes essencialmente educativa, a imprensa operária começa a funcionar como agente politizador e

motivador da classe operária no processo de conscientização dos seus direitos. A participação política, a mobilização e a conscientização política são o maior legado deixado pela imprensa operária no Brasil.

Em toda greve, assembleia, manifestação ou passeata o jornal tinha presença garantida. Tudo que tivesse destaque na vida do operário merecia destaque em suas páginas. A ele não cabia somente informar, mas também mobilizar e dar, aos trabalhadores, elementos e dados sobre questões de relevância à sua luta.

Durante toda sua existência, e especialmente nesse período, a imprensa do proletariado foi de grande importância para a formação de uma consciência de classe nos trabalhadores brasileiros. Pelas suas páginas, através de debates, argumentações, acusações e defesas, desenvolveu-se toda uma luta ideológica. Uma luta entre operários e patrões e também entre as diversas doutrinas disseminadas no próprio movimento operário.

Ferreira conta que, nos principais centros da indústria nacional como Rio de Janeiro e São Paulo, por volta de 1905, era tão grande o número de jornais operários de diferentes ligas e uniões que esses líderes sentiram necessidade de criar um veículo centralizador das reivindicações do operário de um modo geral. E com a ampliação da rede de jornais, ampliava-se, também, a aceitação dos jornais e maiores eram os ganhos políticos do movimento.

No último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual, apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 encontravam-se no estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; 100 títulos foram editados no Rio de Janeiro; 94 títulos encontravam-se distribuídos em outros estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.

A importância da imprensa operária na história do operariado brasileiro é incontestável. O jornal sindical, além de tratar de assuntos peculiares à classe trabalhadora, lançava campanhas e realizava promoções do interesse do seu público leitor, ao mesmo tempo em que procurava orientá-lo e esclarecê-lo sobre cada um dos aspectos das notícias publicadas.

Outros aspectos merecem destaque na caracterização da imprensa operária praticada no início do século. Não eram vendidos espaços publicitários. Embora fossem comuns recomendações do próprio jornal com relação à utilidade de determinado produto e ainda recomendações de boicote, de não consumo de determinada mercadoria. Refletindo um caráter de

prestação de serviço, à medida que indicavam produtos úteis e baratos, além de político já que boicotavam, geralmente, produtos de empresas que se encontravam em litígio com seus funcionários.

A irregularidade da imprensa operária sempre foi comum. A grande maioria dos jornais desaparecia de circulação durante algum tempo retornando a circular depois de longos períodos. Muitas vezes, chegavam a desaparecer de vez ou ressurgiam com novos nomes.

Dois fatores influenciavam diretamente na irregularidade da imprensa operária: a falta de recursos e as constantes perseguições sofridas. Como os seus espaços não eram utilizados para efeito de publicidade, comumente os jornais operários tinham que sair de circulação por falta de recursos, sendo necessária a cotização de militantes, redatores e editores para garantir a continuidade das publicações.

A perseguição policial também era um forte elemento que contribuía para a desorganização da imprensa operária. Nas suas “fiscalizações” a polícia quebrava máquinas e instalações, prendia militantes. Desta forma, periodicamente a imprensa operária era desarticulada exigindo muitos esforços para retomar suas atividades e, muitas vezes, resultando no fim de jornais.

A partir de então, desenvolve-se uma intensa ofensiva por parte do governo e das classes dominantes. Através de um fortíssimo aparato policial, consegue-se destruir a organização dos operários brasileiros. A partir dos primeiros anos da década de 20, o movimento operário, e conseqüentemente a sua imprensa, começou a sofrer uma retração, que perdurou por quase toda a década. Apenas por volta de 1927, os operários começaram o processo de reorganização. Como resultado das represálias dos últimos anos, essa reorganização foi tímida e com poucos resultados.

Mesmo durante os primeiros anos do governo Getúlio Vargas, a imprensa sindical continua crescendo até o advento do Estado Novo, em 1937, quando cresceu o número de intervenções sofridas pelos sindicatos.

“Quanto aos sindicatos atrelados ao governo, principalmente após as facilidades de recursos financeiros advindos do imposto sindical e a ampliação dos serviços

assistenciais, tiveram necessidade de publicar seus jornais, com objetivo de atrair associados e impedir o completo esvaziamento das entidades”. (MOMESSO, 1997:47).

Com a ditadura militar, o movimento sindical foi vítima de intensa repressão. Os jornais produzidos pelos sindicatos sofriam diretamente esse controle. Além da diminuição no número de edições públicas, o conteúdo dos editoriais também era alterado. “Passaram a ser (os boletins) instrumentos de controle e desmobilização, ocupando seu espaço com artigos sobre assistência e lazer, exaltando as diretorias pelo crescimento do patrimônio das entidades (...)” (MOMESSO, 1997:49).

Pequenas publicações de caráter combativo foram surgindo em contrapartida a esse movimento. No entanto, com o advento do AI-5, tornou-se difícil sustentá-las. As lideranças sindicais, quando não eram presas ou mortas, tinham que se esconder em alguma região do país.

A partir da década de 80, as características da imprensa operária já tinham, em muito, se modificado. A organização dos operários em federações e confederações por categoria e por grandes regiões e o fortalecimento econômico dos sindicatos permitiram um processo de racionalização da imprensa sindical. Nesse momento, ela passa a ser elaborada por sindicatos fortes e distribuída regionalmente. Em alguns casos além da imprensa regional apresentam-se jornais locais diários e por grupos de interesse, como, por exemplo, a Folha da Mulher Bancária, no Rio de Janeiro.

A maioria dos jornais apresenta edições regulares, com um departamento de imprensa dirigido por um jornalista responsável como funcionário do sindicato. Não são só os sindicatos urbanos aqueles que possuem jornal, também os grandes sindicatos rurais editam seu periódico, significando o que o trabalhador rural pode, eventualmente, ser alfabetizado.

Ferreira destaca ainda que há uma forte presença de uma imprensa classista de profissionais liberais auto-intitulada sindical, como os médicos, engenheiros, entre outros. Esse tipo de imprensa, que se denominou imprensa sindical, não inclui a imprensa operária interna das grandes empresas.

“Entretanto, cabe indicar que esta última existe e é de grande vitalidade, contando também com infra-estrutura, como departamentos de relações públicas sob a

responsabilidade de jornalistas profissionais, que elaboram revistas sofisticadas(...)” (FERREIRA, 1988:59).

A organização dos trabalhadores em sindicatos ou associações solidificadas possibilitou um considerável nível de regularidade e uma existência duradoura dos materiais produzidos pela imprensa do proletariado. O que, sem dúvida, resulta num aumento do potencial desse tipo de comunicação no Brasil.

Ferreira divide a imprensa operária no Brasil em pelo menos três blocos: a anarcosindicalista, a sindical-partidária e a sindical à qual nos referimos neste trabalho. A história do operário industrial no Brasil está escrita nas páginas dessa imprensa, desde o final do século passado até o primeiro quartel do século atual.

A primeira fase, anarcosindicalista, é colocada pela autora a partir do início do processo de urbanização do Brasil, entre 1922 e 30 com a mudança de orientação sofrida pelo operariado brasileiro. Ferreira conta que, desde o surgimento da imprensa operária no Brasil, já havia uma preocupação, por parte das lideranças operárias em atingir um maior número de trabalhadores. Era a tentativa de esquecer as diferenças religiosas e políticas e criar mecanismos aglutinadores que garantissem a unidade da classe trabalhadora. Nesse período, jornais eram elaborados pelos próprios trabalhadores e intelectuais, em especial gráficos.

A segunda fase, sindical-partidária, inicia-se com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até o golpe de Estado, em 64. Essa etapa cobre dois acontecimentos de grande importância à compreensão da história do trabalhador brasileiro: o nascimento do PCB e o advento do getulismo. “(...) Essa nova imprensa é, antes de tudo, política e umbilicalmente ligada ao partido”. (FERREIRA, 1988:31). Ferreira afirma que tamanha era a importância dada à confecção dos periódicos no processo de conscientização da categoria que mesmo antes do surgimento do PC do B, o partido já tinha um jornal. “Como instrumento importante da luta de emancipação do trabalhador surge o jornal, ao lado do partido político e do sindicato” (FERREIRA, 1988: 32).

É importante acrescentar a esta breve explanação sobre o surgimento da imprensa operária que, apesar de divergências políticas de determinados grupos ou partidos, o conteúdo dos jornais publicados, nesta fase, não fugia à problemática da classe trabalhadora, “tanto em relação ao

campo da organização como ao de atuação política, conquistas democráticas ou econômicas”. Nessa fase os jornais ainda continuam sendo elaborados por membros da própria classe trabalhadora. Ainda não havia surgido a figura do profissional de imprensa remunerado especialmente para esta função.

A terceira etapa é a atual. Ela surge a partir da reorganização do proletariado brasileiro, depois do total desbaratamento sofrido pela sociedade civil no pós-64. Ferreira ressalta que a imprensa sindical é relativamente recente. Essa nova imprensa operária surge como porta-voz dos sindicatos e se mantém, de certa forma, afastada dos partidos políticos. “Ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-se nos primeiros anos da década de 80” (FERREIRA, 1988:36).

Essa fase da imprensa operária tem duas diferenças essenciais das exercidas até então. Em primeiro lugar, não é mais exercida por operários em tipografias ou gráficas cedidas aos mesmos. Agora, ou é feita em gráficas pertencentes a sindicatos ou é encomendada a empresas profissionais. Segundo, aparece um novo personagem nesse processo: o jornalista. Já não é o operário ou intelectual diretamente ligado ao meio operário aquele que faz a notícia. É um jornalista profissional, assalariado, funcionário do sindicato.

O surgimento das centrais sindicais, em especial a Cut, no início da década de 80, significou um novo impulso nos rumos da imprensa sindical. Mesmo pequenos sindicatos, por receitas bem diminutas, passaram a contratar, mesmo que esporadicamente os serviços de jornalistas profissionais. Além da profissionalização dos serviços, observou-se um maior equilíbrio na periodicidade, ampliação das tiragens e também diversidade nas publicações, surgindo também revistas, panfletos, cartilhas, etc. Hoje, somente a Cut publica sete milhões de jornais e boletins semanalmente.

É importante salientar que a qualidade dos veículos publicados também melhorou. Muitas pesquisas, seminários, congressos, encontros regionais e nacionais foram realizados para discutir o tema, numa clara demonstração de ênfase também à qualidade. A academia também já se rendeu ao estudo da área, sendo desenvolvidos, cotidianamente, trabalhos sobre os aspectos específicos da imprensa sindical.

A grande maioria dos sindicatos brasileiros tem consciência da importância da comunicação para a atividade da entidade. Alguns têm Departamentos de Comunicação bem estruturados com equipes de profissionais, destinam altas verbas e até realizam seminários para discutir estratégias e políticas de comunicação. Outros limitam-se à confecção de uma ou duas notas por ano, algumas sugestões de pautas aos jornais ou à publicação de um boletim a cada nova campanha salarial. No entanto, todos, mais ou menos estruturados, agregam valor aos processos comunicativos.

Sete milhões de jornais e boletins são publicados semanalmente pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e mais de 900 profissionais de comunicação estão envolvidos nesse processo. O que dá sinais do alcance desse tipo de comunicação como espaço contra-hegemônico da classe trabalhadora.

Os cinco maiores sindicatos de São Paulo têm estrutura de imprensa equivalente à redação do jornal O Estado de São Paulo. Essa estrutura se deve aos altos investimentos destinados à comunicação nos sindicatos. Além dos aparatos tecnológicos como fax e computadores ligados à Internet, outro sinal da modernização pela qual passa a comunicação sindical é a participação de jornalistas profissionais na edição e confecção dos informativos e nos comandos das assessorias de imprensa das entidades.

A busca de uma maior proximidade com a base fez com que muitas diretorias abandonassem as malfadas palavras de ordem pela elaboração de meios mais participativos, o que fez muitos dirigentes despertarem para a importância de técnicos em comunicação, pessoas que pensassem estratégias de envolvimento da base em questões que até então tinham alcance apenas para os membros da diretoria e alguns “companheiros mais conscientes e engajados” nas lutas da categoria.

Verdelho afirma que essa visão dos sindicatos representa a opção de quem prefere aplicar os recursos financeiros da entidade na luta política, voltada para a organização da categoria e não na ampliação do assistencialismo. Algumas práticas comuns de alguns sindicatos como sorteio de brindes no Natal ou colônias de férias para a família dos sindicalistas foram substituídas por investimentos na informação e formação da categoria.

Evolução dos departamentos de comunicação sindical = democracia ampliada?

Mas e a relação entre os departamentos de comunicação de sindicatos e as bases representadas por essas entidades é de fato democrática, como o surgimento e o desenvolvimento da comunicação sindical sugerem? Na verdade, as formas como as diretorias dos sindicatos classistas têm lidado com o poder que lhes é delegado a partir de suas eleições tem conferido outros rumos ao caráter democrático da comunicação sindical.

Os escritores que já discorreram sobre o tema são unânimes em apontar o compromisso da comunicação sindical com a compreensão do receptor, como, aliás, deve nortear qualquer tipo de comunicação. A capacidade de tornar uma mensagem clara, direta e compreensível é responsabilidade central da comunicação sindical.

O desafio está, portanto, vinculado ao desenvolvimento de um processo comunicativo em que a categoria não se sinta ainda mais excluída e que a mesma estabeleça elos concretos com a atividade sindical. “A comunicação sindical, para transmitir o que pretende transmitir, precisa, antes de tudo, ser entendida” (GIANOTTI, 1997:59).

No entanto, deve-se observar um objetivo que vai além da clareza das mensagens: a participação. Com o seu surgimento atrelado à necessidade da criação de espaços editoriais que pudessem se contrapor à hegemonia dos meios de comunicação de massa, parece ser pré-requisito da comunicação sindical o seu caráter democrático e fomentação de processos participativos entre entidade e categoria.

Na comunicação desenvolvida por sindicatos o leitor deve se sentir refletido. Ao invés de consumidores de produtos e ideologias nesse caso o público é co-autor. Co-autor do processo de decisões importantes do conteúdo e também das formas escolhidas.

Nesse sentido, o jornal sindical deve buscar formas que o afaste da concepção tecnocrata. Métodos que observe a comunicação como um processo, como mediação do político, do econômico e do social, jamais esquecendo que o receptor tem capacidade de discernimento, de pensar, de optar de construir.

No entanto, muitos sindicatos tendem a reproduzir as relações verticalizadas típicas dos meios de comunicação de massa. Com boletins produzidos por um profissional especializado ou mesmo por um ou dois diretores; homepages que desconsideram o acesso da categoria a esse tipo

de meio; e ainda a elaboração de outros veículos como: livros, panfletos, botons, camisas que tendem tão somente à divulgação das políticas e idéias de uma diretoria, os sindicatos se afastam cada vez mais de uma relação de troca com os seus públicos.

Como ressalva o escritor João Luis Van Tilburg a concepção tecnocrata de comunicação difundida entre os estudiosos e os próprios produtores, na qual a comunicação é reduzida ao uso de um meio para alcançar determinados objetivos – é hegemônica a ponto de contaminar a comunicação nos movimentos populares. No movimento sindical esse paradigma pode ser visto nas inúmeras publicações que ainda optam por uma comunicação que convence.

“A quem tem dúvida aconselho analisar todo o material em circulação, e descobrirá que seu conteúdo tem como propriedade o discurso – o dogmatismo – e não a argumentação, que se constitui a própria natureza da comunicação. Nessa perspectiva, comunicação não é convencer e sim defender a validade de determinado ponto de vista” (TILBURG, 1989:223).

Não se pretende aqui negar a necessidade legítima que as diretorias de sindicatos tem de divulgarem suas atividades, bandeiras, políticas, idéias, afinal ela está inserida numa disputa que é ideológica e que depende de publicidade. Mas acreditamos que a linha que nas últimas décadas vem separando o jornalismo sindical da pura publicização das atividades de um grupo é por demais tênue. A fusão entre jornalismo e marketing é crescente e muitas vezes determina a comunicação de uma entidade.

Na nossa avaliação, a imprensa sindical não pode se reduzir às notificações institucionais da diretoria, não pode cair na mesma prática dos grandes meios e ser utilizada como forma de exacerbação do poder e da dominação de uma diretoria em relação à sua base.

“A comunicação não se reduz ao ato de persuasão. Embora persuadir e fazer a cabeça também sejam formas de comunicação, mas não são uma prática que respeita o que é uma das prioridades do ser humano, qual seja, a livre escolha”. (TILBURG, 1989:224).

Enquanto mecanismo de resistência, a comunicação sindical deve refletir as complexidades, os conflitos, na própria forma de construir uma comunicação diferente. Não há como e nem podem ser dissociados padrões de comportamento há tempos disseminados e incorporados na sociedade, do cotidiano dos participantes do processo de comunicação sindical.

Mesmo os padrões dominantes que foram absorvidos e incorporados não o foram sem nenhuma barreira, sem o mínimo de leitura crítica.

O reconhecimento e a estruturação dessas interpretações, análises e avaliações dos padrões dominantes é tarefa do técnico de comunicação/jornalista, no sentido de permitir que o leitor cresça criticamente, passando da crítica espontânea à consciência crítica.

Isso é possível através da revelação das multiplicidades da realidade através dos meios de comunicação sindical. Essa é uma contribuição fundamental e primordial da imprensa sindical à sociedade.

Como essa troca pode se dar na prática ou mesmo como assumir uma relação de participação mútua entre diretorias e bases é um desafio que ainda buscamos em nossos estudos. O que possível apontar é que em alguns casos determinadas tentativas estão sendo tomadas. Linhas telefônicas destinadas a denúncias e críticas anônimas, seminários semestrais de discussão sobre a “comunicação do sindicato”, sondagens de opinião ou a participação de representantes da base no corpo editorial dos boletins são algumas dessas medidas. Onde se vai chegar é difícil intuir, mas o que se quer alcançar se aproxima certamente de uma relação democrática e em boa medida horizontal na comunicação feita em entidades classistas.

Bibliografia

BARTHES, Roland. Elementos da Semiologia. São Paulo: Cutrix, 1993.

BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990.

FERREIRA, Maria Nazareth. A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920). Petrópolis: Vozes, 1978.

GIANOTTI, Vito. Comunicação Sindical: Falando para Milhões. São Paulo:

_____. O Que é Jornalismo Operário: São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOMESSO, Luiz. Comunicação Sindical: limites, contradições e perspectivas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.



NEGRÃO, João José. Políticas de Comunicação Popular. São Paulo: Popular. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.